

'TAPA BURACO'

Enfermeiros criticam PL que remaneja recursos

EDUARDO LAVIANO
DA REDAÇÃO

A Câmara dos Deputados aprovou nesta semana o projeto de lei complementar 7/2022, que autoriza o remanejamento por Estados e municípios de recursos federais disponíveis nos respectivos fundos de saúde. A medida ainda vai ao Senado, onde deve ser aprovada, para seguir à sanção presidencial. Caso aprovada, ela destinará R\$2 bilhões desses recursos para o custeio de serviços prestados por entidades filantrópicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como as Santas Casas. O projeto é apresentado como uma medida para facilitar o pagamento do piso da enfermagem.

Na opinião da presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará, Antônia Trindade, a proposta é bem-vinda, mas não é o suficiente para resolver os problemas da categoria no longo prazo. "Entendo que esse valor e a proposta são boas iniciativas, mas não ótimas. Isso vai tapar o buraco no início, mas e depois, como fica a situação? Se quiserem desvalorizar e precarizar mais a nossa profissão, vão fazer. Vão argumentar que o dinheiro transferido acabou. Será fácil achar argumentos para não pagar o piso, como

já é hoje. Então não resolve. Creio que isso tenha a ver com o processo eleitoral vigente, infelizmente. A fonte de custeio depende mesmo de outros projetos que estão parados no congresso", diz.

O piso da enfermagem tem sido motivo de divergência entre parlamentares e entre os três poderes. Mesmo aprovado pelo Congresso no valor de R\$ 4.750, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal terminou por suspender a decisão, argumentando que o impacto imediato ao setor da saúde seria muito forte e traria muitas incertezas sobre a manutenção dos empregos. O tema acabou ganhando força na campanha eleitoral e ontem, 13, o presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que o governo federal pretende fazer a desoneração da folha de pagamento da saúde, para compensar o custo do reajuste do piso salarial da enfermagem. A retirada de tributos pagos pelas empresas do ramo é considerada uma medida importante para viabilizar o piso e é amplamente defendida por empresários do segmento.

A reportagem entrou em contato com o Sindicato de Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Pará (Sindesspa), mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.